

19. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – CONTROLO DE ACESSOS À ÁREA PEDONAL:

Da **DMGAP-DSJC** submetendo proposta relativa ao início do procedimento de revisão ao Código Regulamentar o Município de Braga – acessos à área pedonal, nos termos da proposta que se anexa.



e.

Documento n.º: Interno n.º 13210 de 26/04/2018

Assunto: ALTERAÇÃO AO CRMB – Controlo de acessos à área pedonal

Informação de 27/07/2018

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

Amo b. e. thw.

18.07.30

[Handwritten signature]

ANÁLISE

Pela Divisão de Trânsito e Mobilidade, foi proposta a alteração às disposições referentes aos acessos à área pedonal, o que implicará alteração dos artigos D-1/3º, D-1/9º, D-1/14º, D-1/16º, D-1/29º, D-1/35º, D-1/36º, D-1/37º, D-1/38º, D-1/39º, D-1/40º, D-1/41º, D-1/42º, D-1/43º do Código Regulamentar do Município de Braga e à alínea B) do Anexo 4 - D 1 – Capítulo III – Controlo automóvel à área pedonal

Assim sendo, teremos que ter em conta os procedimentos obrigatórios a seguir, em cumprimento do estabelecido nos artigos 97º a 101º do Código de Procedimento Administrativo, vertidos no procedimento de trabalho que a seguir se identifica:

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa

PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018

Verificação do cumprimento dos passos a seguir

«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».



2.

Esta revisão regulamentar tem por base, o processo que se iniciou com proposta da **DTM (Divisão de Trânsito e Mobilidade) – Documento Interno n.º 13210 de 26/04/2018**, sobre a necessidade de alteração ao CRMB, na parte referente aos acessos à área pedonal.

Esse processo base, seguiu os seus trâmites, terminando com proposta de alteração ao CRMB.

A alteração proposta foi submetida à apreciação do **Ex.mo Sr. Vereador Dr. João Rodrigues**, com competência delegada pelo Sr. Presidente, através do EDITAL N.º 393/2017 de 07/11, tendo a mesma obtido despacho de «**Concordo**», em 03/05/2018. (Cumprimento do ponto 2. «O **decisor político** decide da necessidade de Regular/Rever») – vd. **DOCUMENTO**, que com o n.º 1, aqui se junta (relatório do processo).

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2018/06.

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

Em anexo.

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».



INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Do processo que foi remetido a esta DSJC constam todas as informações necessárias para que o mesmo seja iniciado, ou seja, a proposta está devidamente fundamentada no documento que se anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido – **DOCUMENTO Nº 2**

PROPOSTA

Alterações a introduzir

- vd. Documento nº 2, em anexo

*

O processo está em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.

Depois de **aprovada a presente informação**, deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

- Aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior do Sr. Presidente,

A jurista, gestora do procedimento,

Elisa Cunha Coelho

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO
DE PROCEDIMENTO DE revisão do
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2018, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. A referida revisão pretende alterar a parte referente ao **acesso às zonas pedonais**, o que implicará **alteração dos artigos D-1/3º, D-1/9º, D-1/14º, D-1/16º, D-1/29º, D-1/35º, D-1/36º, D-1/37º, D-1/38º, D-1/39º, D-1/40º, D-1/41º, D-1/42º, D-1/43º do Código Regulamentar do Município de Braga e à alínea B) do Anexo 4 - D 1 – Capítulo III – Controlo automóvel à área pedonal**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Ricardo Rio)

Relatório do Documento nº 13210

DATA DE IMPRESSÃO 27/07/2018

NÚMERO DE REGISTO 13210

TIPO REGISTO INTERNO

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO NO DIA 26/04/2018

REMETENTE SERV: DTM - DIVISÃO DE TRÂNSITO E MOBILIDADE

TIPO DE DOCUMENTO Livro de Correspondência

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR filipa.corais

ATUALIZADO POR filipa.corais

ASSUNTO

Proposta de alteração ao CRMB

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Diversos / Ref.: documento / Data: 26/04/2018

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Planta / Data: 26/04/2018

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Informação de carácter técnico / Data: 27/04/2018

Observações: -

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 26/04/2018 12:06 para Serv: DTM - DIVISÃO DE TRÂNSITO E MOBILIDADE

Movimento efetuado por filipa.corais Func.: 1581 - Teresa Filipa Assis Caldeira Cruz Corais

Motivo: Registo original

Movimento (2) efetuado no dia 26/04/2018 12:10 para Serv: DPOT - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO T

Movimento efetuado por filipa.corais Func.: 1581 - Teresa Filipa Assis Caldeira Cruz Corais

Motivo: Propõe-se a alteração ao código regulamentar em anexo (que contou com a colaboração da DSJC, no entanto, deverá ser solicitado o parecer face à versão final aqui proposta). Ao Sr. Eng. Diretor.

Movimento (3) efetuado no dia 27/04/2018 12:18 para Serv: DTM - DIVISÃO DE TRÂNSITO E MOBILIDADE

Movimento efetuado por miguel.mesquita Func.: 765 - Luís Miguel Mesquita Sousa Pereira Araujo

Motivo: Anexar proposta.

Movimento (4) efetuado no dia 27/04/2018 13:59 para Serv: DPOT - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO T

Movimento efetuado por filipa.corais Func.: 1581 - Teresa Filipa Assis Caldeira Cruz Corais

Motivo: No anexo 3 colocou-se a proposta de alteração.



Relatório do Documento nº 13210

DATA DE IMPRESSÃO 27/07/2018

NÚMERO DE REGISTO 13210

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (5) efetuado no dia 27/04/2018 14:27 para Serv: GABINETE VEREADOR JOÃO RODRIGUES

Movimento efetuado por miguel.mesquita Func.: 765 - Luis Miguel Mesquita Sousa Pereira Araujo

Motivo: A alteração proposta é justificada. Propõe-se deferimento

Movimento (6) efetuado no dia 03/05/2018 14:55 para Func.: Luis Miguel Mesquita Sousa Pereira Araujo

Movimento efetuado por joao.rodrigues Vereador: 5523 - João Vasconcelos Barros Rodrigues

Motivo: Concordo.

Movimento (7) efetuado no dia 03/05/2018 16:44 para Serv: DSJC - CONTRAORDENAÇÕES

Movimento efetuado por miguel.mesquita Func.: 765 - Luis Miguel Mesquita Sousa Pereira Araujo

Motivo: Solicita-se pronuncia relativamente à versão final da proposta de alteração do CR, que se anexa.

Movimento (8) efetuado no dia 03/05/2018 17:06 para Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: para informar



ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA (CONTROLO DE ACESSOS À ÁREA PEDONAL)

REDAÇÃO ATUAL DAS NORMAS	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS NORMAS	FUNDAMENTO DA ALTERAÇÃO PROPOSTA
<p>Artigo D-1/3º - Acessos a propriedades</p> <p>1-Os veículos podem atravessar, utilizando o percurso mais curto possível, bermas ou passeios, para acesso ao interior de propriedades confinantes com o arruamento.</p> <p>2 — A identificação de um local de acesso ao interior de propriedades faz-se, nos casos em cuja zona frontal esteja construído passeio sobreelevado, através de rampa fixa ou móvel e, no caso de não existir tal sobrelevação ou a rampa ser móvel, através da afixação no portal de dístico de estacionamento proibido com os dizeres previstos no Código da Estrada.</p> <p>3- A ocupação do espaço público com rampa fixa deve cumprir as condições definidas no Título II, da Parte D do presente Código.</p>	<p>Artigo D-1/3º - Acessos a propriedades</p> <p>1-Os veículos podem atravessar, utilizando o percurso mais curto possível, bermas ou passeios, para acesso ao interior de propriedades confinantes com o arruamento.</p> <p>2 -A identificação de um local de acesso ao interior de propriedades faz-se, nos casos em cuja zona frontal esteja sobrelevada relativamente ao passeio, através de rampa móvel e através da afixação no portal de dístico de estacionamento proibido com os dizeres previstos no Código da Estrada.</p> <p>3 - A colocação de rampas fixas de acesso ao edificado deve ser realizada dentro da propriedade privada dos particulares.</p> <p>4 -A ocupação do espaço público com rampa fixa deve cumprir as condições definidas no Título II, da Parte D do presente Código.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Correção do contexto da frase. Não se pretendia referir ao passeio sobrelevado, mas sim aos casos em que o acesso ao edifício está sobrelevado relativamente ao passeio/espço público. • Pretende-se impedir a colocação de rampas fixas no espaço público, pelos respetivos constrangimentos que daí advêm para a circulação pedonal. Deste modo, admite-se a colocação de rampas móveis, devendo as rampas fixas ser colocadas dentro do domínio privado da propriedade.
<p>Artigo D - 1/9.º - Estacionamento indevido ou abusivo</p> <p>1-Para além das situações assim definidas no Código da Estrada, considera-se, ainda, indevido ou abusivo o estacionamento:</p> <p>a) Durante 30 dias seguidos, em local da via pública, em parque ou zona de estacionamento, salvo se existir ordem de autoridade judicial, policial ou administrativa que impeça a mobilização do veículo;</p> <p>b) Nas zonas de estacionamento com duração limitada (ZEDL), em desconformidade com o</p>	<p>Artigo D - 1/9.º - Estacionamento indevido ou abusivo</p> <p>1-Para além das situações assim definidas no Código da Estrada, considera-se, ainda, indevido ou abusivo o estacionamento:</p> <p>a) Durante 30 dias seguidos, em local da via pública, em parque ou zona de estacionamento, salvo se existir ordem de autoridade judicial, policial ou administrativa que impeça a mobilização do veículo;</p> <p>b) Nas zonas de estacionamento com duração limitada (ZEDL), em desconformidade com o</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esta norma omitia o estacionamento indevido ou abusivo na área pedonal da cidade de Braga, situação que se pretende clarificar com a introdução proposta na alínea d) do n.º 1.



<p>estabelecido no presente Código e na sinalização colocada no local;</p> <p>c) De veículos estacionados em lugares de estacionamento temporariamente proibido por motivo de obras, cortejos, desfiles, festividades, manifestações públicas, provas desportivas ou outras.</p> <p>2- No caso previsto na alínea a) do número anterior, a ordem judicial, policial ou administrativa deve encontrar-se exposta no interior do veículo, visível do exterior.</p>	<p>estabelecido no presente Código e na sinalização colocada no local;</p> <p>c) De veículos estacionados em lugares de estacionamento temporariamente proibido por motivo de obras, cortejos, desfiles, festividades, manifestações públicas, provas desportivas ou outras.</p> <p>d) Na área pedonal da cidade de Braga a que se refere o artigo D-1/33º deste Código.</p> <p>2- No caso previsto na alínea a) do número anterior, a ordem judicial, policial ou administrativa deve encontrar-se exposta no interior do veículo, visível do exterior.</p> <p>3- No caso da alínea d) apenas se admite a paragem de veículos, previamente autorizados pelo município e com a respetiva autorização exposta no interior do veículo de forma visível do exterior, para o efeito de operações de cargas e descargas, num período máximo de 15 minutos, sem que se verifique o abandono do veículo.</p>	
<p>Artigo D-1/14.º - Estacionamento reservado na via pública</p> <p>1- Em todos os locais de estacionamento na via pública, incluindo as zonas de estacionamento de duração limitada, devem ser reservados lugares destinados a operações de cargas e descargas, em proporção adequada ao uso do edifício adjacente, a veículos pertencentes a cidadãos com deficiência, e, quando manifestamente não houver alternativa na zona de circulação pedonal, a equipamentos de recolha e separação de lixo domésticos.</p>	<p>Artigo D-1/14.º - Estacionamento reservado na via pública</p> <p>1- Em todos os locais de estacionamento na via pública, incluindo as zonas de estacionamento de duração limitada, podem ser reservados lugares destinados a operações de cargas e descargas, em proporção adequada ao uso do edifício adjacente, a veículos afetos ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência, e, quando manifestamente não houver alternativa na zona de circulação pedonal, a equipamentos de recolha e separação de lixo domésticos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição da palavra “devem” por “podem”, dado que neste contexto a circunstância da reserva de lugares para os efeitos aí previstos, não se trata de uma obrigação ou dever jurídico mas depende de diversos fatores, tais como, disponibilidade de lugares para o efeito, avaliação da necessidade de reserva desses lugares, entre outros. • Transposição da norma expressa no n.º 3 do artigo 70º do código da estrada para o presente código regulamentar. •
<p>Artigo D-1/16.º - Condições do licenciamento</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto em toda a Parte D e no artigo</p>	<p>Artigo D-1/16.º - Condições do licenciamento</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto em toda a Parte D e no artigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da circunstância de disponibilidade;



<p>seguinte, o licenciamento da ocupação do espaço público com lugares de estacionamento privativo está sujeito aos seguintes limites máximos:</p> <p>a) Estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, com exceção de empreendimentos turísticos – 2 lugares;</p> <p>b) Empreendimentos turísticos que não disponham de estacionamento próprio – 5 lugares;</p> <p>2 - O valor da licença depende da localização do lugar privatizado, definindo-se para o efeito 3 escalões: (...)</p>	<p>seguinte, o licenciamento da ocupação do espaço público com lugares de estacionamento privativo está sujeito aos seguintes limites máximos, e de acordo com as condições e disponibilidade para o efeito:</p> <p>a) Estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, com exceção de empreendimentos turísticos – 2 lugares;</p> <p>b) Empreendimentos turísticos que não disponham de estacionamento próprio - 5 lugares;</p> <p>2 - O valor da licença depende da localização do lugar privatizado, definindo-se para o efeito 3 escalões: (...)</p>	
<p>Artigo D- 1/35.º - Condicionamento de acesso a veículos</p> <p>1. O acesso à área pedonal apenas é permitido, observado o condicionalismo previsto no presente Capítulo, a veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias até 3 500 Kg.</p> <p>2. É fixado o limite máximo de velocidade na área pedonal em 10 Km/H.</p>	<p>Artigo D- 1/35.º - Condicionamento de acesso a veículos</p> <p>1. O acesso à área pedonal apenas é permitido, observado o condicionalismo previsto no presente Capítulo, a veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias até 3 500 Kg.</p> <p>2. É fixado o limite máximo de velocidade na área pedonal em 10 Km/H.</p> <p>3. Na circulação na área pedonal os veículos devem respeitar a prioridade e a segurança da circulação pedonal.</p> <p>4. As cargas e descargas deverão ser concretizadas no período de tempo estritamente necessário para o efeito, que deverá ser inferior a 15 minutos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Definição do tempo máximo admitido para cargas e descargas.
<p>Artigo D- 1/36.º - Condições de acesso aos utentes</p> <p>1. O acesso à área pedonal apenas é permitido nos seguintes termos:</p> <p>a) Às pessoas coletivas ou singulares localizadas ou com residência permanente na área compreendida no perímetro pedonal;</p> <p>b) Aos titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de</p>	<p>Artigo D- 1/36.º - Condições de acesso aos utentes</p> <p>1. O acesso à área pedonal apenas é permitido para efeitos de cargas e descargas ou acesso a garagens de residentes e nos seguintes termos:</p> <p>a) Às pessoas coletivas ou singulares localizadas ou com residência na área compreendida no perímetro pedonal;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reforço do efeito do acesso apenas para cargas e descargas ou acesso a garagens de residentes; Referência ao documento comprovativo de autorização de acesso.



<p>serviços, incluindo profissões liberais;</p> <p>c) À atividade de operações de cargas e descargas de produtos e mercadorias;</p> <p>d) Aos veículos em serviço do Município, designadamente afetos a funções de fiscalização, à manutenção de infraestruturas públicas, limpeza pública, recolha de resíduos sólidos, e ainda veículos adstritos às forças de segurança, ao serviço de proteção civil, em especial bombeiros, e ambulâncias;</p> <p>e) A outros veículos expressamente autorizados pelo Município, em casos excecionais e devidamente justificados.</p> <p>2. Poderão aceder às respetivas zonas da área pedonal, pelo tempo estritamente necessário, as viaturas afetas a obras de construção, reconstrução, conservação ou demolição de imóveis, bem como a obras de urbanização, confinando-se essa atividade tão somente a cargas e descargas dos respetivos materiais.</p> <p>3. O acesso para operações de carga e descarga de produtos e mercadorias apenas poderá ter lugar dentro dos horários fixados para o efeito, constantes de Anexo.</p>	<p>b) Aos titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissões liberais;</p> <p>c) À atividade de operações de cargas e descargas de produtos e mercadorias;</p> <p>d) Aos veículos em serviço do Município, designadamente afetos a funções de fiscalização, à manutenção de infraestruturas públicas, limpeza pública, recolha de resíduos sólidos, e ainda veículos adstritos às forças de segurança, ao serviço de proteção civil, em especial bombeiros, e ambulâncias;</p> <p>e) A outros veículos expressamente autorizados pelo Município, em casos excecionais e devidamente justificados.</p> <p>2. Poderão aceder às respetivas zonas da área pedonal, pelo tempo estritamente necessário, as viaturas afetas a obras de construção, reconstrução, conservação ou demolição de imóveis, bem como a obras de urbanização, confinando-se essa atividade tão somente a cargas e descargas dos respetivos materiais.</p> <p>3. O acesso para operações de carga e descarga de produtos e mercadorias apenas poderá ter lugar dentro dos horários fixados para o efeito, constantes de Anexo.</p> <p>4. O documento emitido pelo município, comprovativo da autorização de acesso à área pedonal, deverá ser colocado no interior do veículo, de forma bem visível e legível do exterior.</p> <p>5. Quando o documento comprovativo da autorização à área pedonal não estiver colocado na forma estabelecida no n.º anterior, presume-se a não autorização de acesso à área pedonal.</p>	
<p>Artigo D- 1/37.º - Acesso à área</p>	<p>Artigo D- 1/37.º - Acesso à área</p>	<p>• Garantir a isenção de horário</p>



<p>pedonal</p> <p>1. O acesso à área pedonal será concedido, observadas as formalidades previstas na presente Secção, aos seguintes utentes:</p> <p>a) Residentes que não disponham de estacionamento próprio na área pedonal, sendo o regime de acesso o que se encontra previsto no n.º 3 do art.º D-1/36º para operações de cargas e descargas e segundo os horários aí fixados para o efeito.</p> <p>b) Residentes que disponham de estacionamento próprio na área pedonal, com isenção de horário para acesso, e condicionado ao número de lugares de estacionamento próprio na área pedonal;</p> <p>c) Titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo liberais, obedecendo o acesso ao regime definido no n.º 3 do art.º D-1/36.º para operação de cargas e descargas e segundo os horários aí fixados para o efeito.</p> <p>2. Os utentes referentes na alínea c) do nº 1, requerem o número de acessos necessários, sendo facultada a sua disponibilização aos prestadores de serviços diretos relacionados com o exercício da respetiva atividade.</p> <p>3. O número de acessos a atribuir será avaliado em função dos pressupostos justificativos da sua concessão.</p> <p>4. O acesso será pontualmente concedido em situações especiais mencionadas no nº 2 do artigo D-1/36.º.</p>	<p>pedonal</p> <p>1. O acesso à área pedonal será concedido, observadas as formalidades previstas na presente Secção, aos seguintes utentes:</p> <p>a) Residentes que não disponham de estacionamento próprio na área pedonal, com isenção de horário de acesso, para realização de operações de cargas e descargas que deverão ser concretizadas no período de tempo estritamente necessário para o efeito, que deverá ser inferior a 15 minutos;</p> <p>b) Residentes que disponham de estacionamento próprio na área pedonal, com isenção de horário para acesso ao estacionamento próprio;</p> <p>c) Titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissionais liberais, obedecendo o acesso ao regime definido no n.º 3 do art.º D-1/36.º para operação de cargas e descargas, segundo os horários aí fixados para o efeito, que deverão ser concretizadas no período de tempo estritamente necessário que deverá ser inferior a 15 minutos;</p> <p>d) Representantes de equipamentos localizados nesta área obedecendo o acesso ao regime definido no n.º 3 do art.º D-1/36.º para operação de cargas e descargas e segundo os horários aí fixados para o efeito que deverão ser concretizadas no período de tempo estritamente necessário que deverá ser inferior a 15 minutos;</p> <p>2. Os utentes referentes na alínea c) do nº 1 requerem o número de acessos necessários, sendo facultada a sua disponibilização aos prestadores de serviços diretos relacionados com o exercício da</p>	<p>no acesso a residentes que não disponham de estacionamento próprio na área pedonal, para efeitos de cargas e descargas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acrescenta-se a possibilidade de acesso aos representantes de equipamentos localizados na área pedonal, para efeitos de cargas e descargas, situação que está omissa na redação atual; • Definição do n.º máximo de matrículas /telemóveis por requerente, situação que está omissa na redação atual; • Definição dos pontos de acesso em função da localização do imóvel de residência ou da atividade económica em causa, no sentido de evitar atravessamentos desnecessários de veículos automóveis na área pedonal;
--	---	--



	<p>respetiva atividade.</p> <p>3. À exceção de casos devidamente justificados, o número máximo de acessos a atribuir correspondem a 4 matrículas/n.º de telemóvel.</p> <p>4. A circulação automóvel a partir dos pontos de controlo faz-se de acordo com o mapa constante no Anexo 4 que determina o seguinte:</p> <p>a. A circulação na Praça Conde de Agrolongo, entre a Rua de Santo António e o número 36 da Praça, processa-se a partir do acesso da Rua de Santo António;</p> <p>b. A circulação na Praça Conde de Agrolongo, entre o número 33 e a Rua dos Capelistas, na Rua Dr., Justino Cruz, na Rua Eça de Queirós, na Rua dos Capelistas e no Largo de São Francisco processa-se a partir do acesso da Rua Eça de Queirós;</p> <p>c. A circulação na Rua da Misericórdia, na Rua Dom Diogo de Sousa, entre a Rua da Misericórdia e a Rua D. Frei Caetano Brandão, no Largo do Paço e na Rua do Souto, entre o Largo do Paço e o entroncamento com Rua Dr. Justino Cruz processa-se a partir do acesso da Rua da Misericórdia;</p> <p>d. A circulação na Praça Velha e na Rua D. Diogo de Sousa, entre a Praça Velha e a Rua D. Frei Caetano Brandão processa-se a partir do acesso da Praça Velha;</p> <p>e. A circulação na Rua D. Gonçalo Pereira, entre o entroncamento com a Rua D. Afonso Henriques e a Sé, na Rua do Cabido, e na Rua D. Paio Mendes, entre a Sé e o entroncamento com a Rua D. Frei Caetano Brandão, processa-se a partir do acesso da Rua D. Gonçalo Pereira e Rua D. Paio Mendes (só saída);</p> <p>f. A circulação na Rua do Forno, na Rua de São João, no Largo de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento da possibilidade de acesso a familiares de residentes com necessidades de assistência ou a entidades que prestem auxílio domiciliário a residentes.
--	---	---



São João do Souto, na Rua Francisco Sanches e na Rija de Janes processa-se a partir do acesso da Rua do Forno e São João do Souto (só saída);

g. A circulação na Rua de São Marcos, no Largo Barão de São Martinho, na Rua do Souto, entre o Largo Barão de São Martinho e o entroncamento com a Rua Dr. Justino Cruz, e na Rua do Castelo processa-se a partir do acesso da Rua de São Marcos;

h. A circulação na Rua Dr. Gonçalo Sampaio, na Avenida da Liberdade, entre a Praça da República e a Rua do Raio, e no Largo João Penha processa-se a partir do acesso da Rua Dr. Gonçalo Sampaio;

i. A circulação no Largo da Senhora-a-Branca, a poente do entroncamento com a Avenida 31 de Janeiro, na Avenida dos Combatentes, na Avenida Central, na Praça da República e na Rua D. João Cândido Novais e Sousa processa-se a partir dos acessos da Cangosta da Palha e Portugália;

j. A circulação no lado sul do Largo da Senhora-a-Branca, a nascente do entroncamento com a Avenida 31 de Janeiro, processa-se a partir do acesso do Largo da Senhora-a-Branca (igreja);

k. A circulação na Rua de S. Vicente, entre a Praça Alexandre Herculano e a Rua Dr. Júlio de Lima, processa-se a partir dos acessos da Praça Alexandre Herculano (só entrada) e da Rua de S. Vicente.

5. Os acessos à Área Pedonal serão limitados a 8, 5 e 3 entradas diárias por requerente,

para os casos de moradores, comércio ou serviços e restauração respetivamente, exceto para situações devidamente justificadas e de extrema necessidade.

6. O acesso será pontualmente concedido em situações



	<p>especiais mencionadas no nº2 do artigo D-1/36.º.</p> <p>7. Os acessos previstos no presente artigo são para efeitos de cargas e descargas, por um período máximo de 15 minutos, ou acesso a garagens de residentes, não sendo permitido o estacionamento na área pedonal.</p>	
<p>Artigo D- 1/38.º - Regime Excecional</p> <p>Aos titulares referidos no artigo D-1/36.º pode ser excecionalmente aplicado um regime de horário diferenciado desde que devidamente justificado.</p>	<p>Artigo D- 1/38.º - Regime Excecional</p> <p>Aos titulares referidos no artigo D-1/36.º pode ser excecionalmente aplicado um regime de horário diferenciado desde que devidamente justificado e autorizado pela Município de Braga.</p>	<p>• Clarificação da norma.</p>
<p>Artigo D- 1/39.º - Da qualidade de residente</p> <p>1. Para efeitos do presente Capítulo são considerados residentes as pessoas com residência permanente na área pedonal que preencham os seguintes requisitos:</p> <p>a) Serem proprietários de um veículo automóvel;</p> <p>b) Serem adquirentes com reserva de propriedade de um veículo automóvel;</p> <p>c) Serem detentores em regime de locação financeira ou em regime de aluguer de longa duração de um veículo automóvel;</p> <p>d) No caso de não se encontrarem em qualquer das situações descritas nas alíneas anteriores, serem usufrutuários de um veículo automóvel associado ao exercício de atividade profissional com vínculo laboral.</p> <p>2. A prova da qualidade de residente faz-se através da apresentação cumulativa dos seguintes documentos:</p> <p>a) Carta de condução automóvel;</p> <p>b) Recibo de água, telefone ou eletricidade.</p>	<p>Artigo D- 1/39.º - Da qualidade de residente</p> <p>1. Para efeitos do presente Capítulo é aplicável a qualidade de residente às pessoas com residência na área pedonal e que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:</p> <p>a) Serem proprietários de um veículo automóvel;</p> <p>b) Serem adquirentes com reserva de propriedade de um veículo automóvel;</p> <p>c) Serem detentores em regime de locação financeira ou em regime de aluguer de longa duração de um veículo automóvel;</p> <p>d) No caso de não se encontrarem em qualquer das situações descritas nas alíneas anteriores, serem usufrutuários de um veículo automóvel associado ao exercício de atividade profissional com vínculo laboral.</p> <p>2. A prova da qualidade de residente faz-se através da apresentação cumulativa dos seguintes documentos:</p> <p>a) Carta de condução automóvel;</p> <p>b) Recibo de água, telefone ou eletricidade.</p>	<p>• Clarificação da norma.</p>



<p>Artigo D- 1/40.º - Da qualidade de titular de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissões liberais</p> <p>1. Para efeitos do presente Capítulo são considerados titulares de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissões liberais, os que preencham os requisitos mencionados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do art.º D-1/39.º, bem como possuam a qualidade de utente, a efetuar do seguinte modo:</p> <p>a) A prova da qualidade de titular de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços é feita mediante a apresentação de qualquer documento que permita a respetiva identificação fiscal e do qual conste a localização do respetivo estabelecimento.</p> <p>b) A prova da qualidade de profissional liberal é feita mediante a apresentação da carteira profissional e de recibo de água, telefone ou eletricidade, do qual conste o local de trabalho compreendido na área pedonal.</p>	<p>Artigo D- 1/40.º - Da qualidade de titular de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissões liberais</p> <p>1. Para efeitos do presente Capítulo são considerados titulares de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissões liberais, os que preencham os requisitos mencionados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do art.º D-1/39.º, bem como possuam a qualidade de utente, a efetuar do seguinte modo:</p> <p>a) A prova da qualidade de titular de estabelecimento de venda ao público e de prestação de serviços é feita mediante a apresentação de qualquer documento que permita a respetiva identificação fiscal e do qual conste a localização do respetivo estabelecimento, carta de condução de veículo automóvel e documento único automóvel.</p> <p>b) A prova da qualidade de profissional liberal é feita mediante a apresentação da carteira profissional, carta de condução de veículo automóvel válida, documento único automóvel e de recibo de água, telefone ou eletricidade, do qual conste o local de trabalho compreendido na área pedonal.</p> <p>2. No caso de atividades de abastecimento e logística urbana, é necessária a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do(s) responsável (eis) do(s) estabelecimento(s) que abastece(m) comprovativa dos serviço e, na qual, esteja expresso o prazo expectável no qual o mesmo será exercido, admitindo-se o máximo de um ano;</p> <p>b) Comprovativo de localização do estabelecimento que irá abastecer, tal como, recibo, da</p>	<ul style="list-style-type: none"> Definição das condições de acesso nos casos de abastecimento e de logística urbana.
---	--	---



	água, eletricidade ou telefone.	
<p>Artigo D- 1/41.º - Dos procedimentos</p> <p>1. O pedido de acesso deverá ser formulado através de requerimento do qual deverão constar os elementos mencionados em modelo existente no site do Município.</p> <p>2. Cabe ao Presidente da Câmara, ou ao vereador com poderes delegados, proferir decisão, no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento.</p> <p>3. Após o deferimento do pedido, o acesso será emitido, no prazo de três dias úteis, mediante o pagamento da taxa devida.</p>	<p>Artigo D- 1/41.º - Dos procedimentos</p> <p>1. O pedido de acesso deverá ser formulado através de requerimento do qual deverão constar os elementos mencionados em modelo existente no site do Município.</p> <p>2. Cabe ao Presidente da Câmara, ou ao vereador com poderes delegados, proferir decisão, no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento.</p> <p>3. Após o deferimento do pedido, será emitido um documento com a identificação das viaturas autorizadas a aceder à área pedonal, no prazo de três dias úteis, mediante o pagamento da taxa devida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificação da norma em articulação com a criação de um documento de identificação das viaturas autorizadas a aceder à área pedonal.
<p>Artigo D-1/42.º - Validade</p> <p>O acesso é válido pelo seguinte período:</p> <p>a) Um ano, para residentes e titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissionais liberais.</p> <p>b) O correspondente ao prazo estabelecido na respetiva licença de obras, nas situações previstas no n.º 2 do artigo D-1/36.º.</p>	<p>Artigo D-1/42.º - Validade</p> <p>O acesso é válido pelo seguinte período e desde que se mantenham as condições da atribuição da licença:</p> <p>c) Ano civil correspondente ao emitido no documento comprovativo da autorização, para residentes e titulares de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo profissionais liberais.</p> <p>d) O correspondente ao prazo estabelecido na respetiva licença de obras, nas situações previstas no n.º 2 do artigo D-1/36.º.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificação da norma • Alteração do prazo de validade de um ano para o ano civil em causa. A revalidação deverá ser concretizada todos os anos no final do ano anterior ou no início do ano em causa.
<p>Artigo D-1/43.º - Revalidação</p> <p>A revalidação do acesso é efetuada mediante requerimento contendo os elementos a que se refere o modelo correspondente, devendo o mesmo ser acompanhado dos documentos referidos no n.º 2 do artigo D-1/39.º, e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo D-1/40.º.</p>	<p>Artigo D-1/43.º - Revalidação</p> <p>A revalidação do acesso é efetuada anualmente (no período compreendido entre Dezembro do ano anterior até final de janeiro do ano em causa), mediante requerimento, contendo os elementos a que se refere o modelo correspondente, devendo o mesmo ser</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificação da norma



	acompanhado dos documentos referidos no n.º 2 do artigo D-1/39.º, e no artigo D-1/40.º.	
<p>ANEXO 4</p> <p>D 1 — Capítulo III — Controlo automóvel à área pedonal</p> <p>B) Artigo D -1/36.º, n.º 3</p> <p>1 — Período fixado para o acesso de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias (até 3.500 kg) para operações de carga e de descarga de produtos e mercadorias:</p> <p>a) De segunda -feira até sexta -feira — das 3:00 h às 11,00 H e das 19,00 H às 21,00 H.</p> <p>b) Nos dias de sábado, sexta -feira santa e dias de feriado nacional de 1 e 8 de dezembro — das 3,00 H às 11,00 H.</p> <p>c) Nos dias de domingo e de outros feriados não permissão de acesso para operações de carga e de descarga.</p> <p>2 — O regime destes horários poderá ser alterado por deliberação municipal.</p>	<p>ANEXO 4</p> <p>D 1 — Capítulo III — Controlo automóvel à área pedonal</p> <p>B) Artigo D -1/36.º, n.º 3</p> <p>1 — Período fixado para o acesso de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias (até 3.500 kg) para operações de carga e de descarga de produtos e mercadorias:</p> <p>a) De segunda -feira até sexta -feira — das 6:00 h às 10,00 H e das 19,00 H às 21,00 H.</p> <p>b) Nos dias de sábado, sexta -feira santa e dias de feriado nacional de 1 e 8 de dezembro — das 6,00 H às 10,00 H.</p> <p>c) Nos dias de domingo e de outros feriados não permissão de acesso para operações de carga e de descarga.</p> <p>2 — O regime destes horários poderá ser alterado por deliberação municipal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de alteração dos horários de cargas e descargas, durante a madrugada.

1) A atribuição de avenças a comerciantes de conjuntos comerciais.

Atualmente, está definido por entendimento interno (embora este esteja omissa de qualquer regulamentação) que não se concedem avenças a comerciantes instalados em centros comerciais, dado que essa situação seria insustentável face à oferta de estacionamento na respetiva envolvente e por se considerar que esse estacionamento deveria ter sido contemplado no interior da propriedade no ato do respetivo licenciamento.

No sentido de regulamentar esta situação propõe-se a introdução no n.º 3 do artigo D-1/29º -Avenças da seguinte redação:

"3. Igual regime de avença é aplicável aos comerciantes, profissionais liberais e atividades análogas, exceto os que se localizem em conjuntos comerciais, embora o montante da taxa mensal seja distinto da taxa aplicável aos moradores."

